

ACUMULAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL: REFLEXOS NA ECONOMIA E POLÍTICA CONTEMPORANEA

Thiago Rodrigues Miota¹

RESUMO

Durante os últimos anos, a economia brasileira passou por governos ideologicamente diferentes, mas que trouxeram políticas econômicas muito parecidas. Tentar entender este fenômeno juntamente com o atual crescimento econômico do país é fundamental para explicar como chegamos até aqui e aonde poderemos chegar.

Palavras-chave: Capital portador de juros, neoliberalismo, acumulação financeira, política econômica.

INTRODUÇÃO

Analisando a atual conjuntura econômica mundial, não é exagero afirmar que o Brasil passa por um momento importante de sua história. Acostumados com incertezas e períodos críticos, os brasileiros vivem novos tempos. Podemos afirmar isso com segurança, pois a economia do país resistiu de forma impressionante a uma crise financeira que afetou grande parte das maiores potências econômicas. Enquanto o resto do mundo ainda recolhe os cacos, o Brasil avança em sua agenda econômica recuperando o vigoroso crescimento de antes da crise.

Por outro lado, não podemos dizer o mesmo do sistema político, que ainda amargas revelações contínuas de escândalos, fraudes e inépcias, que apesar de constatadas, na maioria dos casos, não resultam em absolutamente nada, nem mesmo numa punição por parte do eleitorado para seus partidos e representantes. Isso demonstra que ainda não há maturidade neste campo.

¹ Estudante do curso de Ciências Econômicas/UNIANCHIETA. Membro do NEPEC (Núcleo de Estudos do Pensamento Econômico Contemporâneo). E-mail: thiagomiota@hotmail.com

Contudo, apesar dos desequilíbrios, os frutos deste pouco tempo de conquistas estão sendo colhidos e o mundo agora volta suas atenções para os rumos da economia brasileira. Portanto, é preciso pensar o atual momento e não há como deixar de fazer os seguintes questionamentos: será que estamos no caminho certo? Se sim, o que fizemos para que dar tão certo? Se não, o que será preciso mudar?

Apesar de tais perguntas serem importantes, o atual cenário ainda carece de uma teoria econômica para explicar seus fatos. Em via de regra, o debate, mesmo dentro dos meios acadêmicos, gira em torno do papel do Estado, se é maior ou menor, se deve ser mínimo ou máximo. Essa dicotomia apenas empobrece o debate deixando largas lacunas. Sendo assim, é preciso orientar e esclarecer o debate. É claro que a tarefa não é simples, já que estamos no olho do furacão, dentro da história, e qualquer aluno de graduação de um curso de história sabe dos problemas encontrados ao se falar da história dentro da própria história. Todavia, libertar-se das tentadoras amarras destas teorias mais frágeis, pode ser um caminho para encontrar as respostas que precisamos.

O texto seguinte carrega o único objetivo de apresentar a tese da acumulação financeira, recentemente introduzida nos meios acadêmicos brasileiros. De acordo com o nosso ponto de vista, esta tese oferece contribuições importantes para a compreensão problemática em referência. Pretendemos também, mais especificamente, demonstrar que no Brasil o capital portador de juros, conceito a ser esclarecido nas páginas seguintes, está no centro das relações econômicas.

1. O CAPITAL PORTADOR DE JUROS E O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

Antes de qualquer apropriação, convém esclarecer o sentido de acumulação capitalista. Compartilhamos as ideias fundamentais de Marx (1988). Entende-se que o capitalismo desenvolve-se mediante um processo de acumulação, logicamente, capitalista.

A primeira condição da acumulação é a de que o capitalista consiga vender as suas mercadorias e volte a transformar em capital a maior parte do dinheiro assim obtido; é necessário que o capital tenha circulado com regularidade, e suponhamos que assim tenha sido, com efeito. (MARX, 2008 p. 173).

Em linhas gerais, o lucro obtido através do trabalho humano é reinvestido na produção. Após se tornar mercadoria, o capital passa por transformações podendo assumir várias formas de acumulação de capital, todas elas ligadas as relações sociais de trabalho. Poderia acontecer por meio do aumento dos meios e da capacidade de produção, extensão espacial ou social das relações de propriedade e produção capitalista, ou pelo redirecionamento do investimento para outros meios mais rentáveis não necessariamente da produção.

O capital em processo de acumulação pode assumir a forma financeira. Em linhas gerais, este é o ponto a se considerar no que diz respeito a acumulação financeira. Por acumulação financeira, segundo Chesnais (2005 p. 37):

Por acumulação financeira, entende-se a centralização em instituições especializadas de lucros não reinvestidos e de rendas não consumidas, que têm por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações – mantendo-as fora da produção de bens e serviços.

As opções para o investimento do lucro obtido através da produção foram muito além do que Marx poderia prever. Hoje, é muito comum ver empresas trocarem sua função mais primordial por outra financeira ou especulativa. O termo acumulação de capital dá lugar então à *acumulação financeira*. Convém registrar que nos tempos atuais os princípios não foram alterados, somente aprofundados.

Esse regime de acumulação tomou proporções grandiosas e a história tem muito a dizer sobre como este processo aconteceu ao longo do último século. Antes de falar sobre o capital portador de juros dentro desta esfera de acumulação financeira, é importante contextualizar sua atuação e mostrar, de forma muito simples, como ocorreu este processo de acumulação.

Após o período de crise na década de 30 até o fim da Segunda Guerra, em meados de 50, os Estados Unidos passaram por um período de forte crescimento. A prosperidade, principalmente após o período possivelmente mais terrível do capitalismo, praticamente esgotou as opções de investimento produtivo do país que passou procurar novas fronteiras numa relação perfeitamente inversa, mais rentável e mais curta.

Na Europa não foi diferente, com o início dos “eurodólares”, pouco antes de 60, num processo de liberalização financeira que permitiu a expansão do capital financeiro. Neste

mesmo período, houve um fortalecimento das instituições bancárias, que por entre outros motivos, foi a obrigatoriedade de abrir contas em para receber seus salários, o que trouxe um volume constante de capital outrora não existente e que precisava ser conquistado com limitações. Em seguida, ocorreu o período dos “petrodólares”, através de um processo de reciclagem com o aumento do preço do petróleo sendo repassado em forma de empréstimos. O sonho dos países tidos como de Terceiro Mundo de entrar ou terminar seu processo de industrialização encontrou um vasto capital pronto para aumentar seus rendimentos em larga escala a juros jamais encontrados em seu país de origem. Por isso, com o fim da chamada “idade de ouro” dos anos 70, essa lógica intensificou-se, por meio de endividamentos dos países do Terceiro Mundo. Todavia, este processo de endividamento, por mais estranho que possa parecer, foi protagonista nos países considerados de Primeiro Mundo. Precisando financiar seus déficits orçamentários, os governos destes países aproveitaram-se das novas regulações do sistema financeiro por meio das titulizações e a liberação do movimento de capitais (CHESNAIS, 2005).

É importante deixar claro que nada disso seria possível se o Estado não atuasse da forma como atou, compromissado, ao iniciar e desenvolver pontualmente o processo de desregulação financeira, permitindo que o capital financeiro encontrasse cada vez menos barreiras para sua franca expansão e dominância.

É neste contexto que Chesnais (2005) afirma que o capital portador de juros está no centro das relações sociais e econômicas. Apesar de não estar fora do processo de produção, este capital, quando aparece sob a face de um aparente investimento também denominado capital financeiro, independente de qual seja o setor, tem seu objetivo específico, muito exterior à produção, que é obter única e exclusivamente a remuneração do capital no *curto prazo*. Não estamos falando de algo simples, mas de algo que traz profundas mudanças em nossa realidade, desde os nossos objetivos mais complexos até nossas atividades mais cotidianas. Quando o capital portador de juros está no cerne das relações ele impõe uma lógica de curto prazo às empresas trazendo em consequência a precarização dos direitos trabalhistas e uma série de outras questões.

2. O BRASIL SOB O REGIME DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

O Brasil vive sob um regime de acumulação financeira no qual o capital portador de juros está no centro das relações econômicas e sociais. O período compreende a partir dos anos do governo Collor, no qual o país vinha de um momento em que o Estado tinha uma participação cada vez mais efetiva no processo de desenvolvimento nacional para romper com essa tendência e dar início uma nova ordem neoliberal.

Foi com Collor que o ponto de inflexão aconteceu com o início de uma abertura comercial mais desmedida e com as privatizações. No governo seguinte, através do presidente Fernando Henrique Cardoso, as políticas neoliberais tomaram conta da agenda brasileira com o combate à inflação através do Plano Real com políticas da taxa de juros inimagináveis. Neste momento, aprofundou-se o processo de privatização no país, o câmbio passou a ser flutuante e adotou-se o regime de superávits primários com menos gastos públicos. O Brasil abriu completamente os braços para abraçar com todo vigor tudo o que o mundo teria a oferecer como capital, não importava a qual custo. Completamente devastada pelo efeito da inflação, a economia brasileira encontrou no exigente e abusivo capital financeiro a saída dos seus principais problemas econômicos e sociais. Nunca antes no Brasil a sociedade havia estado tão em conflito com o social. (RIBEIRO, 2000)

É interessante notar a análise de Marques (2009), que não poupa críticas também ao governo Lula. Apesar de ser um partido com longos históricos de críticas aos governos anteriores, foi o que mais aprofundou as próprias políticas neoliberais permitindo o fortalecimento do capital portador de juros no Brasil. As políticas econômicas adotadas pelo governo anterior não foram interrompidas, muito pelo contrário, foram ampliadas, por meio de novas formas de privatizações, com leilões e pedágios.

Entende-se que até mesmo o programa Bolsa-família caracterizou-se por um tipo de ajuda que favorece o populismo lulista, onde o governo gasta uma parte ínfima do orçamento que não comprometem em nada outros interesses mais pertinentes, mas que é suficiente para beneficiar as camadas mais pobres da população brasileira, direta ou indiretamente, deixando-as extremamente satisfeitas.

Quando paramos para analisar a atual estrutura da economia brasileira podemos ver a presença deste capital portador de juros nos mais diversos campos da atuação através dos fundos de pensão e do capital bancário. Quase todas as grandes empresas possuem uma

participação significativa deste capital. Os grandes bancos, e não estamos falando apenas dos bancos nacionais, orientam seus clientes a colocar dinheiro em empresas brasileiras. Enquanto a taxa de juros de outros países se arrasta em níveis baixíssimos, a taxa brasileira ainda é uma das mais altas do mundo, utilizando-se da bandeira do combate a inflação.

CONCLUSÃO

Após passar por um processo de acumulação financeira em tempos recentes, a economia mundial encontra-se numa nova lógica, aqui denominada acumulação financeira, nos termos de Chesnais (2005).

O Brasil não está fora desta nova lógica da acumulação capitalista. Interessante é notar que a lógica econômica parece sobrepujar quaisquer escolhas ou projetos políticos. Mesmo havendo diferenças no pensamento e no discurso, os partidos políticos que se alternaram no poder não expuseram diferenças essenciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARCANHOLO, Reinaldo. IV Encontro Nacional de Economia Política. Porto Alegre, 01 a 04 de junho de 1999 com o nome de "Precisões teóricas sobre o dinheiro e o capital especulativo parasitário"
- CHESNAIS, François. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. Economia e Sociedade, Campinas, V.11, N°1(18), p. 1-44, 2002.
- MARX, Karl. O Capital. Bauru: EDIPRO 3° edição 2008
- MARX, Karl. O Capital. Livro III, volume V, capítulo XXI. São Paulo: Difel, 1982.
- MARQUES, Rosa Maria e FERREIRA, Maria Ribeiro Jansen. O Brasil Sob a Nova Ordem. São Paulo: Saraiva 2010.
- MARQUES, Rosa Maria e NAKATANI, Paulo. O Que é Capital Fictício. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- RIBEIRO, Renato Janine. A sociedade contra o social. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.